

GÊNERO, SEXUALIDADES E MÍDIAS: A “CULTURA DO CANCELAMENTO” E SUAS PEDAGOGIAS

Edimauro Matheus Carriel Ramos

*1Pós-graduando do curso de especialização “Educação para a sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos”.
Universidade Federal do Rio Grande – RS. Licenciatura em Pedagogia.
Faculdades Integradas de Itararé (Nova FAFIT) SP. edimauro Ramos@hotmail.com.*

Resumo

Na contemporaneidade, a internet tem sido mais do que apenas um meio de divulgação e consumo de notícias, pois tem se mostrado como palco de propagação em massa de fake news e de práticas de linchamento virtual. O termo “cultura do cancelamento” tem sido recorrentemente atribuído ao ato de não tolerar discursos que deslegitimem corpos, gêneros, etnias/raças, classes e demais essências da identidade e da diferença. No entanto, suas práticas nos sítios discursivos online têm revelado faces mais problemáticas: pedagogias do silêncio, linchamento, violência virtual, vigilância e poder. Os alvos do cancelamento têm sido artistas e figuras públicas que se posicionam ou não sobre determinadas condutas apontadas como erradas, os quais não têm possibilidade de dialogar ou refletir sobre suas atitudes posteriormente. Tendo como veículo as mídias sociais, a “cultura do cancelamento”, quando aproximada aos Estudos Culturais, pode ser percebida com uma pedagogia cultural, a qual busca educar o sujeito, legitimar e instalar ideias tidas como verdades. Sendo assim, em quais estratégias pedagógicas a “cultura do cancelamento” vem operando? O que ela (não) nos ensina? Quais os limites e (im)possibilidades para discutir sobre gênero e sexualidades nas mídias de formas menos nocivas, mas sim problematizadoras? Por meio da revisão bibliográfica, a presente pesquisa se propõe a refletir sobre

os regimes de verdade em que a “cultura do cancelamento” repousa, bem como se arriscará a compreender sobre como suas pedagogias mutam a voz do outro, impossibilitando a aprendizagem pelas (in)diferenças.

Palavras-chave: Cancelamento, Mídias, Gênero, Sexualidades, Pedagogias.

Introdução

A travessada pelas mídias sociais, sabe-se que as produções culturais são dinâmicas e vivas, modificando-se constantemente para atender necessidades cotidianas, bem como produzir saberes, verdades, inverdades e diferentes posições de sujeito. Em meio a essa dinâmica e suas produções, nos encontramos em um cenário contemporâneo fortemente marcado pelo linchamento virtual, isto é, por vastas tentativas de rejeição social através de comentários em série e julgamentos contra um indivíduo (BRASILEIRO; AZEVEDO, 2020), o qual viola um conjunto de ideias visto como moralmente certo, conhecido como a “cultura do cancelamento”.

O linchamento virtual que acontece na *web* é marcado por grandes desproporções entre os erros apontados pelos seus consumidores e as punições subsequentes que fazem alusão a surras, pancadas, agressões, ridicularizações e zombarias de maneira *online* (FREITAS, 2017). O linchamento virtual não é algo exclusivo da contemporaneidade, existindo na internet desde o seu surgimento, com o intuito demarcar espaços e promover disputas entre a quem pertence o lugar de inferioridade e de quem está em posição superior. Incitando discursos de ódio em defesa de uma ideologia ou hegemonia identitária socialmente aceitável, esses dispositivos fazem usos de discriminações e reiterações de vários aspectos da subjetividade humana.

O anonimato e a criação de perfis falsos nas redes sociais também são fatores que contribuem para a rápida difusão do linchamento virtual. Esse sigilo faz com que o sujeito atrás da tela se sinta na posição de poder para articular, falar e fazer aquilo que quiser, sem pensar em fatores ou sanções posteriores. Contudo, essas práticas de linchamento não fazem distinção entre assuntos mais intensos das deliberações e repulsas banais sobre determinados assuntos. Deste modo, os mecanismos de denúncia, de julgamento e de punição formam o tripé do linchamento virtual (FREITAS, 2017). Conforme Freitas (2017), a pessoa que sofre essa avalanche de comentários por meio do linchamento virtual tem ainda a possibilidade de “limpar” sua imagem, por mais que sofra severas sanções sociais e emocionais para resgata-la. Porém, a chance de recomeçar não é a mesma para os indivíduos que passam pelo cancelamento.

A “cultura do cancelamento” tem sido um termo cada vez mais usado e discutido nos mais diferentes espaços da internet com a finalidade de julgar comportamentos migratórios de determinados aspectos da prática que se transformam/regridem quando adentram a virtualidade (FREITAS, 2017). Muito comum em *exposeds* na rede social *Twitter*, através de relatos e notícias sobre misoginia, lgbt-qifobia, machismo, racismo e demais discriminações, “cultura do cancelamento” foi eleito termo do ano nas redes sociais em 2019, ano em que um grande número de personalidades foram canceladas na internet, perdendo seus seguidores, inscritos e *views* em seus conteúdos e plataformas, assim como tiveram também suas carreiras comprometidas fora das redes. A “cultura do cancelamento” pode ser caracterizada como um momento de acerto de contas público, bem como um pedido de ajustamento de condutas relacionada à alguma transgressão social que foi controlado adequadamente nos canais tradicionais (RODRIGUES, 2020).

Seu “*modus operandi*” se dá através de publicações sequentes de comentários vexatórios que reiteram, denunciam e julgam falas e modos, assim como invadem a privacidade e promovem a rejeição social em massa do sujeito cancelado. Mais do que apenas linchamento virtual, o cancelamento tem como essência boicotar os meios de capital profissional, além de promover comentários que excedem a problematização do fato em si, não apenas para fazer jus à um posicionamento ou senso de justiça, mas sim para fazer com que o cancelado sofra efeitos de proporções inimagináveis por isso. Não muito diferente da tortura física praticada na Antiguidade, a “cultura do cancelamento”, acompanhando as transformações sociais, também causa consequências que, na maioria das vezes, são irreparáveis (GUIMARÃES; BARBOSA, 2020).

Para Almeida (2020), a intitulada “cultura do cancelamento” seria uma cultura em que se triunfa a irresponsabilidade, ao mesmo tempo que nega a existência do outro, recusando a capacidade educativa e argumentativa do diálogo. Almeida ainda ilustra que em outras comunidades, um sujeito, quando enfrenta seus erros, é posto em uma roda de pessoas que apontam seus feitos positivos para que repare, reveja suas condutas e busque melhora-las. Em nossa realidade, temos ao invés disso, juízes em meio a um tribunal social

(GUIMARÃES; BARBOSA, 2020), aonde vislumbramos os/as canceladores/as, o julgamento de suas infrações e a sentença que é (quase sempre) inquestionável.

Para discutir sobre a “cultura do cancelamento”, será acionada nessa discussão o conceito de pedagogias culturais, frutos dos Estudos Culturais, perspectiva esta que constitui um “campo interdisciplinar, transdisciplinar e algumas vezes contradisciplinar que atua na intenção entre suas tendências para abranger tanto uma concepção ampla, antropológica, de cultura quanto uma concepção estreitamente humanística de cultura”. (GROSSBERG; TREICHLER 2013, p. 12). Atrelada aos Estudos Culturais, essas pedagogias destacam que os processos educativos não são exclusivos apenas aos espaços escolares: são artefatos, práticas e costumes realizados na e por meio da cultura e das mídias, como destaca Baliscei (2019). Para Kellner (2001), a cultura da mídia propaga imagens e discursos que moldam e constroem identidades, sendo um campo de disputa entre diversos grupos sociais.

Sabe-se que nas mídias, muitas são as ofensas às sexualidades dissidentes e ofensivas antigênero, sendo o gênero “afetado, composto e lido pelo campo da linguagem [...] e as sexualidades são também ditas, nomeadas, interpretadas, inventadas e significadas na linguagem e no contexto cultural de cada grupo que fazemos parte” (CARVALHO, 2018, p. 5). No que se refere ao gênero, sexualidades e as identidades, essas pedagogias culturais constroem verdades por meio dessas relações (SILVA; SOUZA, 2021). Para Finco e Roveri (2021, p. 121) essas pedagogias podem ser compreendidas como “mecanismos de representação e constituidores de identidades. Os diversos artefatos presentes na sociedade em geral, como as mídias, as tecnologias, as publicidades, dentre outros, educam as crianças e expressam diferenças e dicotomias de gênero”.

Desta forma, grupos sociais que se identificam por suas afinidades identitárias, ao serem confrontados por falas ou atitudes que deslegitimem, ofendem e as reprimem por meio de posicionamentos ou condutas que partem de figuras com certa visibilidade nas mídias, acabam por “cancelar” qualquer oportunidade de diálogo ou de problematização que faça com que o sujeito a ser cancelado possa se justificar ou se retratar de maneira a reverter suas posturas. Esses episódios de cancelamento têm se alastrado de maneira que ninguém possa mais dialogar ou debater sobre seus erros e acertos

simultaneamente, como se não fosse digno de aprender com e por meio deles.

Vemos também que posicionamentos são sempre cobrados das figuras públicas, sendo atribuídas a elas a responsabilidade social de compreenderem sobre todas as dimensões sobre gênero e as sexualidades, ou seja, que todos sejam naturalmente “desconstruídos. Entretanto, não tem sido dada a oportunidade a eles/as de reeducar e retratar suas falas e modos, nem a de aprender por meio da escuta e das experiências, visto que suas oportunidades ficam limitadas com o cancelamento. Com tal censura pautada em dicotomias, o discurso do cancelamento tem um caráter seletivo que facilita o cancelamento de pessoas que já temos “pré-disposição” em não concordar por conta de posicionamentos contrários, tais como sobre religião, política, sexualidades e etc.

Na ótica dos Estudos Culturais, essa pesquisa intuita refletir sobre as produções de saber em que a denominada “cultura do cancelamento” tem operado, bem como se arriscará a compreender sobre as possíveis pedagogias que rondam e endossam seus acionamentos e mutam vozes outras e impossibilitam a aprendizagem pelas (in) diferenças acerca das pautas de gênero e das sexualidades. Tendo as mídias como pano de fundo para essas provocações, o artigo almeja tensionar sobre como o silenciamento dos diálogos e discussões em torno dessas temáticas pode implicar em mais produções de poder/saber e de mais pedagogias de disciplinamento em detrimento de espaços midiáticos e sociais mais democratizados que problematizem esses temas de maneira menos nocivas e menos hegemônicas e que respeitem às liberdades e expressões de todos/as/es.

Metodologia

A pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, a qual lida “com o caminho teórico e documental já trilhado por outros pesquisadores e, portanto, trata-se de técnica definida com os propósitos da atividade de pesquisa, de modo geral” (MELLO, 2006, p. 61). Para tanto, para composição do quadro teórico pertinente aos Estudos Culturais, gênero, sexualidade e mídias e sobre a “cultura do cancelamento”, as bases de dados pesquisadas foram portais de pesquisa CNPq, Scielo, Capes, livros, periódicos e bibliotecas de teses e dissertações.

Resultados e discussão

As pedagogias culturais são, portanto, meios que em que se divulgam e produzem modelos e modos de se portar no mundo, sendo produzidas pelas escolas, igrejas, cinema, televisão e as revistas e se voltam para funcionar como mecanismos para constituir corpos e identidades (FINCO; ROVERI, 2021). Ellsworth (2005) assente que a pedagogia destes artefatos provoca sensações e efeitos nos sujeitos, efeitos que fazem com que se fabriquem verdades e se forjem corpos, mentes e aprendizagens em relação a si e ao mundo. Enquanto pedagógicos, esses espaços facilitam em condições para que os sujeitos fabriquem aprendizados e forjem pedagogias em torno dos corpos e mentes dos outros, de si e do mundo (ELLSWORTH, 2005)

Quando designamos as mídias sociais como pedagógicas, ou seja, espaços educativos que compreendem diferentes esferas e aprendizagens sobre a sociedade e sobre os sujeitos, vemos que suas tensões buscam debater sobre os trânsitos que interpelam a estruturação das sociedades e das suas identidades (MARQUES; PRIMO; PEREIRA, 2021). Essas mídias não são apenas meros meios de difusão de notícias, mas sim espaços educativos que despertam a aversão no imaginário social para determinadas questões e indivíduos que subvertem a normalidade, bem como aqueles vão contra à unanimidade vista como politicamente correta, levando àqueles/àquelas que se desviam ao cancelamento virtual e social.

Se situarmos a “cultura do cancelamento” enquanto uma pedagogia nas linhas de poder discutidas por Michel Foucault, vislumbraremos que a atuação do poder se dá de maneira interligada entre os sujeitos, e não apenas no espaço em que deliberam, seja esse o espaço social ou o virtual como aqui discutido. Concorda-se com Veiga-Neto (2011) no que tange ao silenciamento produzido pelos processos de subjetivação, tal qual a “cultura do cancelamento”, que as teorizações foucaultianas podem ser potentes ferramentas de análise, pois, como diz o próprio Foucault (2003) o que mais lhe chama atenção em seus tensionamentos não é o poder em si, mas sim o sujeito que o constitui e faz o manuseio dele. Sendo assim, as estruturas de poder estão presentes nas redes de saberes, nas ações e discursos que devem se manter coesos a uma estrutura de pensamento (CASTRO, 2009), ou seja, o silenciamento e o silêncio são elementos que compõem

os discursos que estão envolvidos no disciplinamento dos sujeitos (FERRARI, 2011).

Ainda para Ferrari (2011, p. 22), os “discursos e silêncios [...] são atravessados por relações de saber e poder, uma vez que ambos não são transparentes, mas englobam possibilidades de sentidos e vozes, o que é dito e o que é silenciado”. O autor ainda expõe que, quando o silenciamento e o silêncio dialogam entre si, podemos pensar que esses dois mecanismos

ocorrem em diferentes dimensões: para calar os alunos diante da necessidade de uma explicação, para colocar em vigor um entendimento de disciplina e controle de turma, mas também para silenciar práticas, assuntos e comportamentos tidos como indesejáveis e não valorizados (FERRARI, 2011, p. 72).

Se as identidades são traduzidas pela diferença, as quais demarcam quem pertence e quem não pertence, sobre quem é incluído e quem é excluído (SILVA, 2014), essa assertiva nos leva a pensar sobre como a “cultura do cancelamento” pode ser sinônimo de um lugar de extremos, ou melhor, isto é, um lugar que recusa qualquer oportunidade em aprender pelo desconhecido ou pela diferença. Ao cancelarmos ou deslegitimarmos esses lugares de fala, sendo que cada um de nós partimos de um (RIBEIRO, 2017), impedimos a universalização do diálogo, limitando as possibilidades de suscitar debates e oportunidades de aprendizagem por meio da pluralidade de ideias e de pensamentos, independente de elas serem divergentes.

Assim sendo, conforme disserta Mattos (2012), nenhum sujeito é universal, pois somos sujeitos que nos tornamos sujeitos a partir de nossas imanências, sendo formados a partir de verdades datadas, através de atos discursivos que nos produzem a partir de veridicções e campos de saber que nos subjetivam incansavelmente. Como um espaço educativo, as mídias e a necessidade de seus usuários em cancelar acaba por refletir as facetas de uma sociedade incapaz de aceitar a heterogeneidade de ideias, ou seja, uma sociedade de homens, mulheres e sujeitos históricos e inacabados, como defendia Freire (2004).

Como a “cultura do cancelamento”, enquanto uma possível pedagogia, pode implicar nos debates sobre gênero e sexualidades nas mídias e na sociedade? Como ela despolitiza essas pautas nas redes e fora delas? Silva (2014) nos diz que, no que tange às produções

sociais da identidade por meio de pedagogias e currículos que extrapolam os limites escolares, elas são necessárias ferramentas que busquem questionar e explorar as possibilidades de transgressão e de subversão das identidades, e não homogeneizá-las, pois questionar esses sistemas de representação é questionar sobre as identidades e diferenças que as constroem, e não silencia-las. Assim:

O silêncio não é pois, em nossa perspectiva, o “tudo” da linguagem. Nem o ideal do lugar “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa. (ORLANDI, 2013, p. 24)

Promover linchamentos e cancelamentos de vozes e sujeitos que têm cristalizado essas dinâmicas de centro e imagem das sexualidades e do gênero, dos denominados diferentes e normais, tem sido mais estimada do que as possibilidades de argumentar, de lutar e de dialogar por meio das (in)diferenças. Com isto, práticas discriminatórias serão cada vez mais persistentes se não é dada ao outro a oportunidade de dialogar, de ouvir, de compreender e ser afetado por conhecimentos e vivências significativas que transformem seus discursos em alocações mais consistentes, menos impulsivas, menos nocivas e menos hegemônicas.

Considerações finais

Posta ao lado dos Estudos Culturais enquanto uma pedagogia, e das dinâmicas de poder acionadas por Michel Foucault, a “cultura do cancelamento” se demonstra como um dispositivo que silencia, visto que o falar e o calar fazem parte dos mesmos jogos de poder, se configurando como uma estratégia homogeneizadora de pensamentos que não abre espaço para pluralidades de ideias ou de retratação de falas que venham desmoralizar ou deslegitimar outros grupos e sujeitos.

Mesmo que a premissa do cancelamento se intitule como uma forma de responsabilizar os sujeitos por seus discursos e posturas sexistas, machistas, racistas, lgbtqfóbicos e atitudes que ferem ou deslegitimam outras comunidades e movimentos subalternos, seu uso e

sua perpetuação nos espaços virtuais são paradoxos, visto que o foco do cancelamento não está na retratação ou reflexão sobre o que foi proferido, mas sim no redirecionamento de toda a fúria a quem proferiu algo. O que aprendemos de fato com a “cultura do cancelamento” e com suas pedagogias é que não se pode errar, em hipótese alguma. Aprendemos a vigiar todas as falas e pessoas que não são recíprocas aos nossos pensamentos. Essa pode ser a pedagogia do cancelamento: educar para o silêncio, para a acriticidade, para a despolitização.

Por fim, este artigo não se limita a instituir como verdade a ideia de que existem pedagogias nas práticas da “cultura do cancelamento”, até porque esses enlaçamentos não foram encontrados na literatura. O intuito deste estudo é despertar e provocar verdades que têm sido subjetivadas por essa cultura que impede que vozes e atitudes nos inquietam sejam ouvidas por meio de um disciplinamento, impedindo a aprendizagem e o diálogo por meio das diferenças. Além disto, estas interlocuções realizadas buscam enfatizar que mais olhares e mais estudos aprofundados acerca dessa problemática sejam desenvolvidos para potencializar e provocar mais questionamentos em torno de seus usos em uma sociedade tão polarizada, mas que não deve se eximir e nem se distanciar da argumentação e da dialogicidade.

Referências

ALMEIDA, Silvio. A cultura do “cancelamento” é a antipolítica por excelência. **Portal Disparada**. 21 de fev. 2020. Disponível em: <https://portaldisparada.com.br/cultura-e-ideologia/cancelamento-antipolitica/>. Acesso em 13 fev. 2021.

BALISCEI, João Paulo. Macho como um touro: pedagogias culturais e endereçamentos de masculinidades ensinados em duas versões da história de Ferdinando, o touro. **Revista do centro de educação**. Santa Maria. v.4. 2019.

BRASILEIRO, Fellipe Sá; DE AZEVEDO, Jade Vilar. Novas práticas de linchamento virtual: fachadas erradas e cancelamento de pessoas na cultura digital. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 19, n. 34, 2020. Acesso em: 12 fev. 2021. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1654>.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Os discursos biológicos na educação para os gêneros - as sexualidades - e as diferenças: aproximações e distanciamentos. 227 f. Tese (Doutorado em Educação para as Ciências e a Matemática). Centro de Ciências Exatas (UEM). Maringá, 2018.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ELLSWORTH, Elizabeth. **Places of learning**: Media, architecture and pedagogy. New York: Routledge, 2005.

FERRARI, Anderson. Silêncio e silenciamento em torno das homossexualidades masculinas. In: FERREIRA, Anderson; MARQUES, Luciana Pacheco (Orgs.). **Silêncios e educação**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

FINCO, Daniela; ROVERI, Fernanda. Questões de gênero na produção cultural para crianças. In: ACCORSI, Fernanda Amorim; BALISCEI, João Paulo; TAKARA, Samilo (orgs.) **Como pode uma pedagogia viver fora da escola?** Estudos sobre pedagogias culturais. Londrina: Syntagma Editores, 2021. p. 118-135.

FOUCAULT, Michel. **Le pouvoir psychiatrique**. Cours au Collège de France, 1976. Paris: Seuil, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anca/MST, 2004. 143 p.

FREITAS, Eliane Tânia. Linchamentos virtuais: ensaio sobre o desentendimento humano na internet. **Revista Antropolítica**, v. 42, p. 40-163, 2017. Acesso em: 12 fev. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41893>.

GROSSBERG, Lawrence; TREICHER, Paula. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.7-38.

GUIMARÃES, Patrícia; BARBOSA, Otavio Luis. A Internet nunca esquece: Consequências da “cultura do cancelamento” no debate público. **Revista Pet Economia UFES**, v. 1, n. 2, p. 13-17, 2020. Acesso em: 13 fev. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/33803>.

KELLNER, D. A cultura da mídia: Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, EDUSC, 2001.

MARQUES, Bruna Augusta; PRIMO, Debora; PEREIRA, Emilly Anselmo. Double Trouble em She-Ra e as princesas do poder (2018): narrativas identitárias que desestabilizam os papéis binários de gênero. In: ACCORSI, Fernanda Amorim; BALISCEI, João Paulo; TAKARA, Samilo (orgs.) **Como pode uma pedagogia viver fora da escola?** Estudos sobre pedagogias culturais. Londrina: Syntagma Editores, 2021. p. 25-49.

MATTOS, Zaine Simas. “Bárbara, não vá criar confusão”: silêncios e silenciamentos nas relações de gênero. In: MATTOS, Zaine Simas. **Diversidade sexual e de gênero na educação**. Juiz de Fora: Fapeb/ Editora UFJF, 2013, p. 97- 112.

MELLO, Ana Glauca C. **Metodologia de Pesquisa**. Palhoça: Unisul, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.

RODRIGUES, Cristiano. Pode o cancelado cancelar? Gama Revista, 11 de agosto de 2020. Disponível em: <https://gamarevista.com.br/sociedade/pode-o-cancelado-cancelar/>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, T (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.

SILVA, Bergo Sestito; SOUZA, Rosiane Cristina de. Videoclipes e escola: como abordar questões de gênero e identidade Eloiza Amália. In: In: ACCORSI, Fernanda Amorim; BALISCEI, João Paulo; TAKARA, Samilo (orgs.) **Como pode uma pedagogia viver fora da escola?** Estudos sobre pedagogias culturais. Londrina: Syntagma Editores, 2021. p. 75-90.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.